

L.G. MARINONI

TUTELA

INIBITÓRIA

(e Tutela de Remoção do Ilícito)

8ª edição
revista e atualizada

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™



Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILSA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Emanuel Silva, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiários: Ana Carolina Francisco, Francisco Prado e Marco Antonio Fonseca

Produção Editorial

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Thyara Pina da Silva

Analistas de Operações Editoriais: Carina Baptista, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Morais, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Gabriela Cavalcante Lino e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Beatriz Hammond, Bianca Satie Abduch, Caroline Dubovicki e Gabrielly N. C. Saraiva

Copa: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Marinoni, Luiz Guilherme

Tutela inibitória e tutela de remoção do ilícito / Luiz Guilherme Marinoni. -- 8. ed. rev. e atual. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2022.

Bibliografia.

ISBN 978-65-260-0996-3

1. Atos ilícitos - Brasil 2. Medidas cautelares - Brasil 3. Tutela antecipada - Brasil 4. Tutela inibitória - Brasil 5. Tutela jurisdicional - Brasil I. Título.

22-114187

CDU-347.922.33(81)

Índices para catálogo sistemático: 1. Brasil : Tutela inibitória : Processo civil 347.922.33(81)
Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

1. A TUTELA CONTRA O ILÍCITO (INIBITÓRIA E DE REMOÇÃO) NO CPC DE 2015.....	11
2. A TUTELA JURISDICIONAL DIANTE DA DISSOCIAÇÃO ENTRE ATO CONTRÁRIO AO DIREITO E DANO.....	13
2.1 A tutela ressarcitória pelo equivalente como resposta de um Estado não preocupado em garantir a integridade dos direitos.....	13
2.2 Primeiros passos em torno do fundamento da tutela contra o ilícito	15
2.3 A abordagem da tutela contra a concorrência desleal.....	17
2.4 A proteção normativa aos direitos fundamentais	20
2.5 Tutela inibitória de ilícito e tutela de remoção dos efeitos concretos derivados da conduta ilícita	20
2.6 A tutela contra o ilícito e a culpa e o dolo	24
3. A TUTELA CONTRA O ILÍCITO DIANTE DAS TUTELAS DECLARATÓRIA E CAUTELAR E DA CONDENAÇÃO PARA O FUTURO	27
3.1 A incompatibilidade entre o processo civil permeado pelos valores do direito liberal clássico e a tutela contra o ilícito (ato contrário ao direito).....	27
3.2 Tutela inibitória e tutela declaratória	29
3.3 Tutela contra o ilícito e tutela cautelar	31
3.4 Tutela inibitória e condenação para o futuro	44
4. FUNDAMENTOS E ASPECTOS ESTRUTURAIS E FUNCIONAIS DAS TUTELAS INIBITÓRIA E DE REMOÇÃO DO ILÍCITO	49
4.1 Princípio geral de prevenção e tutela inibitória	49

4.2	O direito à atuação da norma como fundamento da tutela jurisdicional contra o ilícito.....	56
4.3	Direito à tutela contra o ilícito e direito fundamental à preordenação das técnicas processuais necessárias para o seu alcance	56
4.4	Tutela inibitória diante da ameaça da prática, da repetição e da continuação do ilícito	59
4.5	Tutela inibitória negativa e tutela inibitória positiva	62
4.6	Tutela inibitória que impõe fazer fungível.....	66
4.7	A plasticidade da tutela inibitória e os limites para a imposição do fazer e do não fazer.....	69
4.7.1	Breve observação inicial.....	69
4.7.2	Os princípios do meio idôneo e da menor restrição possível como vetores para o adequado uso da tutela inibitória.....	69
4.8	A fungibilidade da tutela inibitória	74
4.8.1	Breves observações sobre o princípio da congruência entre o pedido e a sentença	74
4.8.2	Os arts. 497 e 536 do CPC e 84 do CDC como exceções ao princípio de que a sentença deve ficar adstrita ao pedido ...	75
4.8.3	A sub-rogação de uma obrigação em outra para a obtenção da tutela específica ou do resultado prático equivalente ao do adimplemento.....	75
4.8.4	O poder decisório do juiz e o princípio da efetividade.....	78
4.8.5	O poder decisório do juiz e o princípio da necessidade	80
4.8.6	A fungibilidade da tutela inibitória reafirma a ideia da fungibilidade da tutela de segurança, que sempre esteve na base da “tutela cautelar”	81
4.9	O pedido de tutela inibitória e as violações de eficácia instantânea suscetíveis de repetição no tempo	82
4.10	A tutela inibitória diante da conduta ilícita continuada e a tutela de remoção do ilícito	83
4.11	Pedido de tutela inibitória e possibilidade de concessão de tutela de remoção do ilícito. A fungibilidade da tutela contra o ilícito	84

4.12 Tutela contra o ilícito cumulada com tutela ressarcitória. O julgamento antecipado parcial do mérito como solução (art. 356 do CPC/2015).....	86
5. A TUTELA COLETIVA CONTRA O ILÍCITO	91
5.1 O sistema brasileiro de tutela coletiva e a tutela contra o ilícito	91
5.2 A problemática da tutela inibitória a partir do controle dos atos do Poder Público	93
5.3 A tutela inibitória em caso de omissão do Poder Público	98
5.4 A tutela coletiva do consumidor contra o uso de cláusulas gerais abusivas.....	105
6. A PROVA NAS AÇÕES INIBITÓRIA E DE REMOÇÃO DO ILÍCITO.....	109
6.1 Os limites da cognição judicial e da prova nas ações inibitória e de remoção do ilícito: a exclusão do dano e a discussão sobre o ilícito	109
6.2 “Juízo instrumental”, presunção, “juízo resultado”, “juízo provisório” e “juízo final”	111
6.3 O controle da admissão da prova para a demonstração do fato indiciário	112
6.4 A importância do senso comum para o raciocínio fundado a partir da prova indiciária	113
6.5 A importância do senso comum para a formação do juízo a partir da presunção.....	113
7. TUTELA ANTECIPADA INIBITÓRIA E TUTELA ANTECIPADA DE REMOÇÃO DO ILÍCITO	115
7.1 Primeiras considerações	115
7.2 A quebra da regra da <i>nulla executio sine titulo</i>	115
7.3 Pressupostos da tutela contra o ilícito na forma antecipada	121
7.4 Momento da concessão da tutela antecipada contra o ilícito.....	123
7.5 Justificação prévia e tutela antecipada contra o ilícito.....	124
7.6 A questão da irreversibilidade (art. 300, § 3.º, do CPC/2015)	125
7.7 A fungibilidade da tutela antecipada contra o ilícito	126

7.8	Modificação e revogação da tutela antecipada contra o ilícito	127
7.9	Sobre a possibilidade de se manter eficaz a tutela antecipada contra o ilícito no caso de sentença de improcedência	128
7.10	A tutela provisória e a evidente distinção entre a tutela antecipada contra o ilícito e a tutela cautelar	129
7.11	A estabilização da tutela antecipada contra o ilícito (art. 304 do CPC/2015).....	131
8.	AS SENTENÇAS VOLTADAS ÀS TUTELAS INIBITÓRIA E DE REMOÇÃO DO ILÍCITO.....	133
8.1	Considerações iniciais	133
8.2	O escopo repressivo da sentença condenatória	134
8.3	A sentença condenatória e a sua correlação com a execução forçada.....	140
8.4	Motivações culturais da sentença condenatória.....	144
8.4.1	O princípio <i>nemo ad factum praecise cogi potest</i>	144
8.4.2	A concepção liberal de jurisdição como função meramente declaratória e o seu reflexo sobre o conceito de sentença condenatória.....	157
8.4.3	A expansão do conceito de obrigação e a universalização da sentença condenatória.....	161
8.5	A natureza da sentença que se liga à coerção indireta.....	166
8.6	A sentença executiva, a tutela dos direitos reais e a tutela de remoção do ilícito.....	173
8.7	A inefetividade da sentença condenatória para a tutela dos direitos absolutos. A correlação entre a tutela inibitória e a estrutura do direito substancial: crítica.....	178
8.8	Sentenças dependentes de execução no Código de Processo Civil de 2015	182
9.	TUTELA DOS DIREITOS: TUTELAS INIBITÓRIA E DE REMOÇÃO DO ILÍCITO	191
9.1	A relativização do binômio direito-processo e a retomada do tema da “tutela dos direitos”	191

9.2	A necessidade de uma classificação das tutelas	200
9.3	Premissas para uma classificação das tutelas à luz do direito material.....	204
9.4	Astutelasinibitóriae de remoção do ilícito diante de uma classificação das tutelas	212
10.	A EXECUÇÃO DAS TUTELAS INIBITÓRIA E DE REMOÇÃO DO ILÍCITO.....	231
10.1	O art. 536, § 1.º do CPC de 2015 como cláusula geral executiva...	231
10.2	A multa como meio de execução (art. 537 do CPC/2015).....	234
10.2.1	Primeiras observações	234
10.2.2	A cumulabilidade da multa e da indenização pelo dano.....	234
10.2.3	Critérios para a imposição da multa	235
10.2.4	A respeito do beneficiário da multa	237
10.2.5	O momento a partir do qual a multa torna-se eficaz e o momento a partir do qual a multa pode ser cobrada. O depósito do valor da multa como cautela e a possibilidade de oferecimento de caução idônea	239
10.2.6	A questão da modificação e exclusão da multa.....	241
10.3	O uso das medidas de coerção direta	242
10.4	A prisão como meio de coerção indireta para a tutela inibitória	244
10.5	Critérios que devem guiar a atividade executiva. A multa, a coerção direta e a prisão como meios de execução da tutela contra o ilícito	248
	BIBLIOGRAFIA	251